

PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE

No tocante ao controle e correição, insta frisar que para avaliar, direcionar e monitorar gestão, cada OM possui, em sua estrutura interna, um Conselho de Gestão, que tem por finalidade assessorar o Comando ou a Direção da OM na administração econômico-financeira e gerencial e no desenvolvimento organizacional, mediante planejamento, programação, controle e fiscalização da aplicação de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição da OM ou pelos quais seja responsável. Tal Conselho ainda tem o objetivo de promover o desenvolvimento e a implementação de melhores práticas de gestão e avaliação dos seus processos administrativos em uma estratégia de aprimoramento contínuo.

O Guia de Integridade Pública da CGU, no aspecto de responsabilização, menciona sobre a instituição de Unidade de Correição, que acaba concentrando essa atividade. Na Marinha, cada Organização Militar é uma Unidade de Correição, responsável pelos procedimentos de responsabilização. A apuração dos fatos (acontecimentos) e atos (documentos), que derem causa a prejuízos à Fazenda Nacional, é realizada por meio de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar, Inquérito Policial Militar (IPM) ou Tomada de Contas Especial (TCE), quando necessário, ou ainda, por meio de procedimento administrativo previsto em Normas próprias. A tabela abaixo apresenta um resumo, em números, dos procedimentos administrativos instaurados no ano de 2020:

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DO PREJUÍZO	VALOR RESSARCIDO
Sindicância	167	R\$ 6.532.215,52	R\$ 56.039,54
IPM	85	R\$ 3.450.283,19	R\$ 68.247,13
TCE	1	R\$ 457.530,95	Processo se encontra em julgamento no TCU
Outros	25	R\$ 566.522,17	R\$ 7.966,18